

PROCESSO/TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

2. PROPOSTA DE ACORDO NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 1259/06.5BEBRG E DO PROCESSO N.º 1122/05.7BEBRG

Do **Departamento Jurídico**, submetendo ao Executivo Municipal, a proposta de Acordo no âmbito do Processo n.º 1259/06.5BEBRG – Tribunal Administrativo e Fiscal Porto – Juízo Contratos Públicos; e do Processo n.º 1122/05.7BEBRG- Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – UO 1, em que é Autor: ASSOC, ACE e Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A. e Réu: Município de Braga

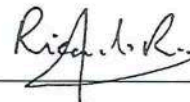
PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

À reunião do Executivo.

____/____/____

O Presidente da Câmara Municipal,



Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DMG066

DATA: 25/10/2022

ASSUNTO:

Processo n.º 1259/06.5BEBRG – Tribunal Administrativo e Fiscal Porto – Juízo Contratos Públicos; e Processo n.º 1122/05.7BEBRG- Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga – UO 1

Autores: ASSOC, ACE e Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.

Réu: Município de Braga

Termos da transação judicial a celebrar com ASSOC, ACE e Sociedade de Construções Soares da Costa, S.A.

1. Enquadramento:

Processo: 1122/05.7BEBRG

1. A Empreitada de Construção da Estrutura do Estádio de Braga (Estruturas do Estádio/Arranjos Exteriores e Infraestruturas 1º Fase) decorreu entre 11.12.2001, data constante do Auto de Consignação da obra, e 9.12.2003, dia em que foi lavrado e assinado o respetivo Auto de Receção Provisória.

2. Com um prazo inicial de 530 dias de calendário, o processo sofreu de vários atrasos na sua fase inicial, devidos essencialmente a derrapagens temporais na Empreitada anterior de escavação do local da obra e de entrega de elementos de Projeto de Execução.
3. Além destes atrasos na data de arranque da obra de betão armado, o Projeto de Execução ditou, comparativamente com os dados postos a Concurso, um aumento de quantidades de aço e betão, **com valores já apurados e comprovados pelo Tribunal.**
4. Por outro lado, em face da necessidade de garantir a conclusão da obra nos prazos fixados para albergar jogos de futebol do "Euro 2004", que decorreu entre meados de junho e princípios de julho de 2004, tornou-se imperioso acelerar a execução da obra, o que implicou a absorção dos atrasos iniciais e o "encaixe" dos aumentos de quantidades em tempos de execução não proporcionais aos previstos inicialmente.
5. As duas prorrogações concedidas somaram ao prazo inicial 161 dias, também conforme **provado pelo Tribunal.**
6. Assim, houve necessidade de recorrer à utilização de horas extraordinárias das equipas para atender às condicionantes do projeto.
7. **Foi já provado pelo Tribunal que foi necessário recorrer à utilização de horas extra na execução da Empreitada; foi também determinado pelo mesmo Tribunal qual a quantidade de horas de trabalho.**
8. Encontra-se, assim, apenas em aberto a questão do custo horário real de cada uma das horas praticadas num regime que incorporou "Horas Extra", quando comparado com o Regime Normal previsto em fase de Concurso.
9. Este processo é uma liquidação de execução de sentença, sendo que no âmbito do mesmo se peticiona a liquidação do valor decorrente da condenação já proferida, liquidando-se o valor peticionado em € 1.113.147,70, acrescido de juros moratórios vencidos e vincendos, até efetivo e integral pagamento, de acordo com a taxa de juro comercial, calculados nos termos determinados no douta sentença exequenda, ascendendo os vencidos até 01.09.2020, a € 2.745.033,25 (nota:)sendo que uma das questões em discussão é a data de cálculo desses juros, conforme infra indicado), no valor global de € 3.858.180,95.

Processo: 1259/06.5BEBRG

1. A empreitada "Construção do novo Estádio de Braga (acabamentos e instalações/infra-estruturas interiores)" tinha o prazo inicial de 295 dias, com início em 11-09-2003.
2. O processo sofreu de vários atrasos, devido a atrasos na empreitada de estruturas, tendo sido prorrogada até 30-11-2003.
3. Posteriormente, o prazo de execução da empreitada volta a ser prorrogado até 30-01-2004, devido a alterações de projeto e realização de trabalhos de outras empreitadas.
4. Por fim, volta a ser prorrogado o prazo de conclusão para 04-03-2004, devido a deficiências do projeto quanto ao sistema de detenção de combate a incêndios.
5. Todas estas prorrogações somam um total de 174 dias.
6. Por sentença, datada de 13/07/2017, **ficou decidido julgar procedente a ação e condenar o Município a pagar o montante que se vier a liquidar em execução de sentença** relativo a acréscimo de custos relativos a "Manutenção e Exploração de Estaleiro", "Segurança e Saúde", "Pessoal técnico de enquadramento, manobreadores e motoristas" e "Equipamentos afectos à produção" no período de 174 dias de prorrogação do prazo da empreitada;
7. **Condenou também o município pagar o montante que se vier a liquidar em execução de sentença** relativo a agravamento dos encargos que as autoras suportaram, entre Setembro de 2003 até 30.12.2003, em decorrência da imposição ao seu pessoal de enquadramento e de apoio aos trabalhos das especialidades de serralharia, eletricidade e AVAC de um regime de trabalho em horas extraordinárias, sábados, domingos e feriados e, bem assim, aos valores que os subempreiteiros suportaram, entre Setembro de 2003 até 30.12.2003, pela laboração em regime de trabalho em horas extraordinárias, sábados, domingos e feriados.
8. Por fim, **condenou o município a pagar juros moratórios** sobre as quantias referidas anteriormente e que venham a ser apuradas em sede de liquidação, à taxa legal.
9. O Município recorreu desta decisão, no entanto, não lhe foi concedida razão, confirmando-se, portanto, a sentença recorrida.

10. Este processo é uma liquidação de execução de sentença, sendo que no âmbito do mesmo se peticiona a liquidação do valor decorrente da condenação já proferida, liquidando-se o valor peticionado em € 2.964.431,24, acrescido de juros moratórios vencidos e vincendos, até efetivo e integral pagamento, de acordo com a taxa de juro comercial, calculados nos termos determinados na dita sentença exequenda, ascendendo os vencidos até 01.09.2020, a € 3.866.329,58, no valor global de € 6.830.760,82.

2. Valores pedidos:

Processo: 1122/05.7BEBRG

1. Neste processo, encontra-se peticionado o valor de € 1.113.147,70, acrescido de juros vencidos e vincendos, assim decomposto:

- a) € 908.619,72 a título de acréscimo de encargos com o pessoal em obra, devido a flexibilização de horário;
- b) € 204.527,98 relativos a atualização do montante antecedente por aplicação de revisão de preços contratual;
- c) a liquidar juros de mora vencidos e vincendos, sendo que uma das questões em discussão é a data de cálculo desses juros:
 - i. desde 15.12.2003 (data da primeira interpelação) até efetivo e integral pagamento;
 - ii. desde 23.07.2004 (calculados de acordo com o disposto no artigo 213.º do RJEOP) até efetivo e integral pagamento;
 - iii. desde 26.09.2006 (data da citação do MB para a ação principal) até efetivo e integral pagamento
- d) custas e procuradoria.

2. Juros calculados até 24/10/2022:

- i. Na hipótese i): € 1.563.450,10
- ii. Na hipótese ii): € 1.638.412,21
- iii. Na hipótese iii): € 1.410.888,79

3. Total:

- i. Na hipótese i): € 2.676.597,80
- ii. Na hipótese ii): € 2.751.559,91
- iii. Na hipótese iii): € 2.524.036,49

NOTA: Neste processo existe já um laudo pericial que considera o valor de € 527.041,60 + € 62.096,57 = € 589.138,17, sendo que existe uma divergência entre os peritos em relação à 2.ª parcela, sendo que o perito da Autora considera que este valor deve ser de € 176.765,52, ou seja € 527.041,60 + 176.765,52 = 703.807,12

Processo: 1259/06.5BEBRG

1. Neste processo, encontra-se peticionado o valor de € 2.964.431,24, acrescido de juros vencidos, que até 01.09.2020 ascendiam a € 3.866.329,58, ou seja, o montante total de € 6.830.760,82, assim decomposto:
 - a) € 2.089.807,41 a título de indemnização por acréscimo de custos de estaleiro (a liquidar juros de mora vencidos e vincendos desde 29.4.2005),
 - b) € 874.623,83 a título de indemnização pelo agravamento de encargos na execução dos trabalhos de empreitada (a liquidar juros de mora vencidos e vincendos desde 15.11.2005).
2. Juros calculados até 24/10/2022:
 - i. Para o valor previsto em a): € 2.920.167,47
 - ii. Para o valor previsto em b): € 1.178.930,86
3. Total: € 7.063.529,57

3. Pressuposto da transacção judicial a ser celebrada:

O pressuposto desta proposta de transacção judicial, que haverá de ser homologada por sentença a proferir pelo Mmº Juiz de cada um dos processos, fundamenta-se no racional fixado no laudo pericial elaborado no âmbito do Processo n.º 1122/05.7BEBRG. Neste laudo pericial,

foi estabelecido para a primeira parcela do pedido de indemnização, € 908.619,72, em acordo entre os peritos, uma redução do valor inicialmente pedido pelas autoras em 42%.

Para a segunda parcela não foi possível estabelecer um racional que reunisse o acordo dos peritos das partes (o perito do município estabelece o valor de € 62.096,57, 70% de redução, e o perito das autoras € 176.765,52, 14% de redução), tendo em sede de pressupostos de transação sido assumido um valor médio entre as duas parcelas.

Assim, fixado, finalmente, em comum acordo, um racional (percentagem) de redução, as autoras propõem que este racional (percentagem da redução do valor inicialmente pedido após peritagem judicial) seja utilizado como fator de redução, tanto na segunda parcela do Processo: 1122/05.7BEBRG, como nas parcelas que compreendem o Processo n.º 1259/06.5BEBRG. Para além desta redução, as autoras aceitam ainda reduzir o valor dos juros, calculados à data de 24/10/2022, na percentagem de 40%.

Assim,

Processo n.º 1122/05.7BEBRG

	Valor Inicial	Tx Redução	Valor da Redução	Valor Final
Capital	1 113 147,70 €	42%	467 522,03 €	645 625,67 €
Juros	924 005,05 €	40%	369 602,02 €	554 403,03 €
Totais	2 037 152,75 €		837 124,05 €	1 200 028,70 €

Processo: 1259/06.5BEBRG

	Valor Inicial	Tx Redução	Valor da Redução	Valor Final
Capital	2 964 431,24 €	42%	1 245 061,12 €	1 719 370,12 €
Juros	2 637 239,17 €	40%	1 054 895,67 €	1 582 343,50 €
Total	5 601 670,41 €		2 299 956,79 €	3 301 713,62 €
Total Geral				4 501 742,32 €
Total valor proposto para o acordo				4 500 000,00 €

4. Conclusões:

Considerado que:

1. Em ambos os processos o município foi condenado, por sentença transitada em julgado, a pagar o montante que se vier a liquidar em execução da sentença;
2. Em face do período de tempo decorrido, o valor dos juros, em ambos os processos, assume grande relevância (inclusive, nesta data são superiores ao valor do capital);
3. O racional encontrado resulta do trabalho/proposta do perito nomeado pelo município, que obteve acordo dos restantes;

Considerando, ainda:

4. O parecer do nosso mandatário nos processos judiciais em causa quanto ao mérito dos termos do acordo proposto pelas autoras, através da subscrição da presente informação, no que concerne ao valor indemnizatório, que aqui está concretamente em causa, em função das probabilidades de sucesso financeiro da ação em curso.

Ponderando os considerando descritos, constitui parecer dos signatários da presente informação, que será de aceitar a proposta apresentada pelas autoras, sendo que se afigura financeiramente mais cautelosa para o erário público, do que aquela que resultaria da decisão judicial que viesse a ser proferida nos autos, designadamente o risco, por um lado, de não obtermos a percentagem de redução agora proposta, e por outro lado, sermos penalizados pelo valor dos juros que entretanto se venceriam.

Com este acordo, encerrar-se-ia um processo que se arrasta (desde 2005) e que se pode arrastar mais no tempo, com prejuízos evidentes para as gerações futuras.

À consideração superior do Sr. Presidente da Câmara Municipal,

O Mandatário, com
procuração nos autos

A Diretora do Departamento
Jurídico

O Diretor Municipal de Gestão